1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. ("Companhia" ou "TEKA") é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA têm como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

1.1 Recuperação judicial

A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 26/10/2012, tendo o feito sido distribuído à 2ª Vara Cível de Blumenau – SC, onde recebeu o nº 008.12.023674-2. A ação foi ajuizada em litisconsórcio facultativo ativo com as sociedades Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30/10/2013.

No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA. Assim os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 não estão ainda reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras trimestrais

<u>a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC</u>
As presentes informações financeiras, preparadas considerando a continuidade normal dos negócios, incluem:

Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Informações financeiras individuais

As informações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às informações contábeis separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, que no BR GAAP é feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria efetuada pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota Explicativa nº 1 Sucesso do plano de recuperação judicial.
- Notas Explicativas nº 9 e 10 Depreciação e Amortização vidas úteis e taxas e teste de impairment.
- Nota Explicativa nº 15 Imposto de renda e contribuição social diferidos prazo de realização.
- Notas Explicativas nº 16 Provisão para liquidação das obrigações tributárias premissas de taxa de desconto utilizada e Contigências – expectativa de êxito/perda.
- Nota Explicativa nº 25 Instrumentos financeiros premissas de cálculo do fair value.

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As informações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As Informações Financeiras consolidadas são compostas pelas Informações Financeiras da TEKA S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas abaixo:

		31/12	/14	31/12	/13
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 - c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

3.2 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, converte-se (translation), para fins de consolidação, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, como ajustes acumulados de conversão (CTA) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente.

As controladas no exterior definiram como sua moeda funcional a moeda corrente do país de origem.

As controladas no país utilizam o Real como moeda funcional.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O

valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão de recuperabilidade do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável impairment

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos

na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportado por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 25%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 22%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 2,2%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 10,3%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia, hoje, não possui ações preferenciais por estar a mais de 03 anos sem distribuir lucros. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

3.20 Reconhecimento de receitas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.21 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controlac	lora	Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Caixa	15	10	15	10	
Bancos Conta Movimento	415	754	472	985	
Aplicações Financeiras	0	1.204	0	1.204	
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	430	1.968	487	2.199	

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber de clientes e demais recebíveis – curto e longo prazo

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por idade de vencimento, é como segue:

segue:				
_	Controladora		Consolid	ado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Receber de Clientes MI	35.969	37.658	36.053	37.713
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes ME	2.531	2.217	2.547	2.233
Impairment (Provisão para Perdas)	(10.642)	(8.891)	(10.685)	(8.894)
Contas a Receber de Clientes	27.858	30.984	27.915	31.052
Outras Contas a Receber	2.206	9.783	2.556	10.499
Parcela Circulante	30.064	40.767	30.471	41.551
Contas a Receber de Clientes MI	21	-	21	-
Contas a Receber de Clientes	21	-	21	-
Depósitos Judiciais	21.732	21.469	22.505	22.008
Mutuos Empresas Ligadas	22	22	-	-
Outras Contas a Receber	4.008	4.498	4.008	4.498
Parcela Não Circulante	25.783	25.989	26.534	26.506
Total a Receber de Clientes	27.879	30.984	27.936	31.052
Total das Demais Contas a Receber	27.968	35.772	29.069	37.005
Total Geral	55.847	66.756	57.005	68.057
	Controlac	lora	Consolid	ado
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13

2.309

24.244

1.242

63

21

27.879

3.175

23.217

4.583

30.984

9

2.326

24.285

1.241

27.936

63

21

3.234

9

23.226 4.583

31.052

Vencidos

A vencer em até 3 meses

A vencer acima de 1 ano

A vencer entre 3 e 6 meses

A vencer de 6 meses a 1 ano

Contas a Receber de Clientes

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicialNotas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlac	lora	Consolid	ado
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Reais	25.379	28.767	25.420	28.819
US\$	2.500	2.217	2.500	2.217
Euros		<u>-</u>	16	16
Contas a Receber de Clientes	27.879	30.984	27.936	31.052

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

6. Estoques

	Controlac	lora	Consolida	ado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Produtos Acabados	6.166	3.723	6.166	3.723
Impairment de produtos acabados	(1.323)	(703)	(1.323)	(703)
Produtos em Elaboração	6.366	7.211	6.366	7.211
Matérias Primas e Insumos	1.386	1.874	1.386	1.874
Outros Estoques	922	865	922	865
Total dos Estoques	13.517	12.970	13.517	12.970

Até 31/12/2014, R\$ 281 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 36 até 31/12/2013), e R\$ 340 como ajuste a valor de mercado (R\$ 185 como reversão do ajuste a valor de mercado até 30/09/2013).

7. Tributos a recuperar

	Controlad	lora	Consolida	ado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS	143	156	243	288
Imposto de Renda	31	30	31	30
IPI	289	412	291	415
IRPJ/CSLL	-	436.046	-	436.046
PIS/COFINS	-	-	-	-
Crédito Reintegra	272	-	272	
Outros			257	262
Parcela Circulante	735	436.644	1.094	437.041
ICMS	90	121	404	495
Imposto de Renda	9.660	9.405	9.660	9.405
PIS/COFINS	1.987	1.928	1.987	1.928
INCRA	6.984	6.300	6.984	6.300
IRPJ/CSLL	477.324	-	477.324	-
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não Circulante	500.793	22.502	501.107	22.876

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro

líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores forem registrados no balanço da TEKA.

8. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro 2013	62.498
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(10.136)
Participação no Patrimônio	
Ganhos ou perdas de capital	6.725
Aquisição de Investimentos	
Ajustes Acumulados de Conversão	467
Dividendos recebidos	
Em 31 de dezembro de 2014	59.554

				Patrimônio			
Nome	País	Ativos	Passivos	Líquido	Receita Bruta	Resultado	Participação
Em 31 de dezembro de 2013							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	68.443	27.513	40.930	_	(2.725)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	28	16	12	_	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	72.536	54.562	17.974	490	(6.762)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	3.566	13	3.553	-	(84)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	72	7	65	-	(3)	100,0000%
		144.645	82.111	62.534	490	(9.575)	
Em 31 de dezembro de 2014						\ /	
Teka Têxtil S.A.	Brasil	66.548	24.817	41.731	-	(5.933)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	23	13	10	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	71.078	57.267	13.811	145	(4.163)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.007	15	3.992	-	(34)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	57	7	50	-	(6)	100,0000%
		141.713	82.119	59.594	145	(10.137)	

9. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas Em 31 de dezembro de 2014 *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Controladora	Terrenos	Edifícações e Instalaçoes	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	lmobiliz. Andam.	Total
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%	20%	20%		
Em 31 de dezembro de 201	2									
Custo	28.662	84.931	185.034	12.846	4.149	2.565	961	42	1.395	320.585
Dep. Acum. e Impairment		(21.890)	(95.036)	(11.926)	(3.831)	(2.318)	(573)	(14)		(135.588)
Valor líquido contábil	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Saldo Inicial	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Adições			73	14					194	281
Transferências		28	755		43	(43)			(783)	-
Baixas										
Impairment			(4.805)							(4.805)
Depreciação		(1.743)	(3.173)	(83)	(66)	(7)	(35)			(5.107)
Baixas da Depreciação										
Saldo Final	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Em 31 de dezembro de 201	3									
Custo	28.662	84.959	185.862	12.860	4.192	2.522	961	42	806	320.866
Dep. Acum. e Impairment		(23.633)	(103.014)	(12.009)	(3.897)	(2.325)	(608)	(14)		(145.500)
Valor líquido contábil	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Saldo Inicial	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Adições			5	26	7	5			162	205
Transferências			(4)	2		2				-
Baixas			(24.595)	(54)	(538)	(1)			(34)	(25.222)
Impairment										
Reversão de Impairment			8.935							8.935
Depreciação		(1.488)	(3.022)	(73)	(42)	(9)	(25)			(4.659)
Baixas da Depreciação			14.240	52	536	1				14.829
Saldo Final	28.662	59.838	78.407	804	258	195	328	28	934	169.454
Em 31 de dezembro de 201	4									
Custo	28.662	84.959	161.268	12.834	3.661	2.528	961	42	934	295.849
Dep. Acum. e Impairment		(25.121)	(82.861)	(12.030)	(3.403)	(2.333)	(633)	(14)		(126.395)
Valor líquido contábil	28.662	59.838	78.407	804	258	195	328	28	934	169.454

O montante de R\$ 4.601 (R\$ 5.005 em 2013) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 21 (R\$ 50 em 2013) como despesas com vendas e o montante de R\$ 37 (R\$ 52 em 2013) como despesas administrativas.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas Em 31 de dezembro de 2014 *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

		Edifícações	Maquinas	Ferramentas	Equip Proc	Móveis e			Imobiliz.	
Consolidado	Terrenos	e Instalaçoes	e Equip.	e Utensílios	Dados	Utensílios	Veículos	Outros	Andam.	Total
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%	20%	20%		
Em 31 de dezembro de 2	012									
Custo	46.773	133.884	295.891	13.597	4.184	2.630	961	42	4.341	502.303
Dep. Acum. e Impairment		(36.066)	(160.153)	(12.568)	(3.855)	(2.355)	(573)	(14)		(215.584)
Valor líquido contábil	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Saldo Inicial	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Adições	40.770	07.010	73	14	020	210	000	20	194	281
Reav aliação			,,						101	201
Transferências		28	2.583		43	(43)			(2.611)	
Baixas	(49)	(21)				(10)			(170)	(240)
Transf. Mant. p/ Venda	(15)	(= · /							(11.5)	(= : •)
Impairment			(12.862)							(12.862)
Depreciação		(2.823)	(4.876)	(93)	(66)	(14)	(35)			(7.907)
Baix as da Depreciação		. 8	, ,	(/	, ,	` ,	,			8
Saldo Final	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Em 31 de dezembro de 2										
Custo	46.724	133.891	298.547	13.611	4.227	2.587	961	42	1.754	502.344
Dep. Acum. e Impairment		(38.881)	(177.891)	(12.661)	(3.921)	(2.369)	(608)	(14)		(236.345)
Valor líquido contábil	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Saldo Inicial	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Adições			5	26	7	5			162	205
Reav aliação										
Transferências			(4)	2		2				-
Baixas			(56.423)	(54)	(544)	(1)			(34)	(57.056)
Transf. Mant. p/ Venda										
Impairment										
Reversão de Impairment			22.772							22.772
Depreciação		(2.568)	(4.274)	(82)	(42)	(16)	(25)			(7.007)
Baix as da Depreciação			31.066	53	541	1				31.661
Saldo Final	46.724	92.442	113.798	895	268	209	328	28	1.882	256.574
Em 31 de dezembro de 2	N14									
Custo	46.724	133.891	242.125	13.585	3.690	2.593	961	42	1.882	445.493
Dep. Acum. e Impairment	70.724	(41.449)	(128.327)	(12.690)	(3.422)	(2.384)	(633)	(14)	1.002	(188.919)
Valor líquido contábil	46.724	92.442	113.798	895				28	1.882	256.574
		VEI 1 TE								

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 253 milhões (R\$ 262 milhões em 2013).

10. Intangíveis

	Direito e		Implantação	
Consolidado	Uso	Softwares	ERP	Total
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	704	373	7.057	8.134
Amortização Acumulada	(686)	(356)	(6.487)	(7.529)
Valor líquido contábil	18	17	570	605
Saldo Inicial	18	17	570	605
Adições		2	250	252
Amortização	(8)	(4)	(66)	(78)
Saldo Final	10	15	754	779
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(694)	(360)	(6.553)	(7.607)
Valor líquido contábil	10	15	754	779
raio. iiquiuo ooiitabii				
Saldo Inicial	10	15	754	779
Adições				
Amortização	(6)	(4)	(84)	(94)
Saldo Final	4	11	670	685
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(700)	(364)	(6.637)	(7.701)
Valor líquido contábil	4	11	670	685

11. Contas a pagar – curto e longo prazo

	Controlac	lora	Consolida	ado
_	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Pagar a Fornecedores	262.050	136.966	263.636	138.299
(-) Ajuste a valor presente	-		-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	262.050	136.966	263.636	138.299
Obrigações Sociais e Trabalhistas	249.769	194.791	275.359	219.230
Obrigações Fiscais	194.686	181.767	214.943	200.802
Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 19)	16.891	13.359	20.491	16.597
Outras Contas a Pagar	85.014	74.256	81.324	70.982
Parcela Circulante	808.410	601.139	855.753	645.910
Contas a Pagar a Fornecedores	65	69.425	65	69.431
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	44.746	1.676	46.346
Obrigações Fiscais	694	966	791	1.154
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 19)	48.731	48.170	-	-
Outras Contas a Pagar	1.603	5.026	1.603	5.026
Parcela Não Circulante	51.116	168.333	4.135	121.957
Total a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730
Total de Outras Contas a Pagar	597.411	563.081	596.187	560.137
Total Geral	859.526	769.472	859.888	767.867
	Controlac		Consolida	
Aging List Contas a Pagar	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Vencidos	252.658	126.795	254.239	128.096
A vencer em até 3 meses	3.213	3.363	3.218	3.371
A vencer entre 3 e 6 meses	2.097	2.572	2.097	2.580
A vencer de 6 meses a 1 ano	4.082	4.236	4.082	4.253
A vencer acima de 1 ano	65	69.425	65	69.430
Contas a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730
	Controlac	lora	Consolida	ado
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Reais	258.125	202.989	259.711	204.328
US\$	3.868	3.280	3.868	3.280
Euros	86	86	86	86
Franco Suiço	36	36	36	36
Contas a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens e diversos produtos para revenda.

12. Obrigações sociais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolida	ado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Obrigações Sociais e Trabalhistas	249.769	194.791	275.359	219.230
Parcela Circulante	249.769	194.791	275.359	219.230
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	44.746	1.676	46.346
Parcela Não Circulante	23	44.746	1.676	46.346

13. Obrigações fiscais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Obrigações Fiscais	194.686	181.767	214.943	200.802
Parcela Circulante	194.686	181.767	214.943	200.802
Obrigações Fiscais	694	966	791	1.154
Parcela Não Circulante	694	966	791	1.154

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Circulante					
Capital de Giro	136.557	114.583	136.557	114.587	
RAET	8.472	8.052	8.472	8.052	
BRDE	4.269	3.864	4.269	3.864	
FINEP	91.445	81.315	91.445	81.315	
BNDES	30.050	26.701	30.050	26.701	
Bancos Diversos	495	818	498	818	
Debentures	47.994	16.823	47.994	16.823	
	319.282	252.156	319.285	252.160	
Não-Circulante					
Capital de Giro	-	6.443	-	6.443	
Debentures	-	26.754	-	26.754	
	-	33.197	-	33.197	
Total de Empréstimos e Financiamentos	319.282	285.353	319.285	285.357	
Taxas					

Ιαλαδ		
Capital de Giro	CDI + 1,00%a.m. a 3,50% a.m.	<u>.</u>
RAET	TR + 6,0%a.a.	
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.	
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.	
BNDES	INPC + 12%a.a.	
Debêntures	INPC + 6%a.a.	

	Controla	dora	Consolid	dado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Por Data de Vencimento				
Vencidos	272.087	203.545	272.087	203.549
Em até 6 meses	44.079	46.032	44.082	46.032
De 6 meses a 1 ano	3.116	2.579	3.116	2.579
De 1 a 2 anos	-	4.939	-	4.939
De 2 a 3 anos	-	5.550	-	5.550
De 3 a 4 anos	-	5.246	-	5.246
De 4 5 Anos	-	5.129	-	5.129
Acima de 5 anos	-	12.333	-	12.333
	319.282	285.353	319.285	285.357
	Controla	ıdora	Consolid	dado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Por Tipo de Moeda				
Reais	318.016	285.353	318.019	285.357
US\$	1.266	<u> </u>	1.266	
	319.282	285.353	319.285	285.357

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 253 milhões (R\$ 262 milhões em 2013).

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

	Controlac	lora	Consolida	ado
Ativo	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	-		-	-
CSLL - Crédito Tributário Diferido	-	-	-	-
IRPJ sobre diferenças temporárias	-	15.931	-	15.931
CSLL sobre diferenças temporárias	-	5.735	-	5.735
Total Ativo Não Circulante	-	21.666	-	21.666

	Controlad	lora	Consolidado		
Passivo	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Provisão IRPJ	-	-	5.656	5.315	
Provisão CSLL	-	-	3.177	2.986	
Total Passivo Circulante	-	<u> </u>	8.833	8.301	
IRPJ sobre diferenças temporárias	27.586	42.810	49.016	66.401	
CSLL sobre diferenças temporárias	9.810	15.412	17.525	23.904	
Total Passivo Não Circulante	37.396	58.222	66.541	90.305	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do

imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

a) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	Control	adora	Consolidado	
Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Resultado antes dos impostos	(140.200)	(152.808)	(147.032)	(151.951)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabiliza	47.668	51.955	49.991	51.663
Conciliação de Impostos Diferidos Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva Reavaliação Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo Atribuído	1.128	259	3.739 2.036	392 408
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão Vida Útil	422	(2.324)	2.613	(3.722)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	1.550	(2.065)	8.388	(2.922)

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

A posição em 31 de dezembro de 2014 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicialNotas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Fiscais	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Despesas Administrativas	Total
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219
•					
Constituida durante o período		10.237			10.237
Atualização	13.215	17.128	71		30.414
Reversão de provisões					
Provisões utilizadas		(10.455)			(10.455)
_					
Em 31 de dezembro de 2014	235.496	373.881	19.925	2.113	631.415
		Previdenciárias		Despesas	
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	Total
5 6 . 5		0=1 =0=			
Parcela de Curto Prazo	45.156	351.585			396.741
Parcela de Longo Prazo	177.125	5.386	19.854	2.113	204.478
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219
Parcela de Curto Prazo	46.835	367.392			414.227
Parcela de Curto Prazo Parcela de Longo Prazo	46.835 188.661	367.392 6.489	19.925	2.113	414.227 217.188

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Descrição das principais contingências:

- a) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo FINEP, no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial número 73.97.0362.00 no valor de R\$ 19.528.129 (dezenove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e nove reais). Em 29 de outubro de 2012 a Financiadora de Estudos e Projetos FINEP enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 70.730.464 (setenta milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).
- b) A Companhia responde processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Banesprev, em 15 de dezembro de 2006 as partes firmaram acordo, suspendendo a ação de execução existente, nos seguintes termos: A Cia confessou dever o valor da ação de execução e o Banesprev aceitou receber 50% do valor para liquidar a dívida ou seja R\$ 5.373.307 (cinco milhões trezentos e setenta e três mil e trezentos e sete reais). Em 18 de fevereiro de 2013 o Fundo Banespa de Seguridade Social Banesprev enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 5.798.325 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais).
- c) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Nacional S.A., no qual o objeto da Ação se refere a acordo judicial formalizado nos autos da ação de busca e apreensão movida pelo Banco Nacional. O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 34.547.704 (trinta e quatro milhões, quinhentos

e quarenta e sete mil, e setecentos e quatro reais). A perícia contábil foi favorável e a jurisprudência consolidada do STJ também é favorável a tese da empresa TEKA. Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como de risco remota pelos assessores jurídicos externos.

- d) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Brascan S.A., no qual o objeto da Ação refere-se a confissão de dívida (Contrato número SP 23.06.01/2003 - assinado em 23.06.2003). O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 9.879.952 (nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e dois reais). Em 28 de dezembro de 2012 o Banco Brascan S/A enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 34.732.949 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais).
- e) A Companhia está respondendo ainda processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Badesc S.A., no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial Badesc.BNDEs.Exim Pré embarque especial 010282-00-9 no valor de R\$ 5.047.000 (cinco milhões, e quarenta e sete mil reais). Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como remota em relação a integralidade da dívida e provável em relação a diferença do saldo discutido. O Banco Badesc S.A. não apresentou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 551.209, cuja possibilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos é de possível, portanto não exige constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controla	Controladora		dado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Depósitos Judiciais	21.732	21.469	22.505	22.008
Parcela Não Circulante	21.732	21.469	22.505	22.008

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito, todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2014, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - Imunidade	167.806
PIS e COFINS sobre ICMS	61.515
Créditos de INSS/FGTS	49.584
Eletrobrás	46.152
	325.057

17. Partes relacionadas

Composição

	Ativo Circula	inte	Ativo Não Circ	ulante	
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	Encargos
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	-	-	-
Teka Têxtil	-	-	-	1	
Tecelagem Kuehnrich	-	-	2	3	-
Teka Europalager	-	-	5	5	-
Teka Paraguay	-	-	15	13	
<u> </u>	-	-	22	22	
	Passivo Circu	lante	Passivo Não Cir	culante	
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	Encargos
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	4.284	4.391	-
Teka Fiação Ltda.	-	-	43.931	43.779	-
Teka Têxtil S.A.	-	-	516	-	-
Monte Claro Part. Serv. Ltda.	14.330	11.614	-	-	103 % CDI
Cell Participação e Adm.Ltda	2.503	1.695	-	-	103 % CDI
RMMF Particip. Ltda.	58	50	-	-	103 % CDI
<u> </u>	16.891	13.359	48.731	48.170	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2014 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolid	ado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Remuneração do Conselho de Adm.	1.306	1.630	1.306	1.630
Remuneração do Conselho Fiscal	122	180	122	180
Remuneração da Diretoria	1.174	1.406	1.174	1.406
	2.602	3.216	2.602	3.216

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração e Fiscal, e Diretores.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 50.315.540 ações, sendo 16.791.495 ações ordinárias e 33.524.045 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais, sendo

conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas de reavaliação

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

19. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(92.380)	(103.189)	(92.380)	(103.189)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(46.270)	(51.684)	(46.270)	(51.684)
	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	33.524	33.524	33.524	33.524
Quantidade de ações ordinárias emitidas	16.791	16.791	16.791	16.791
Total	50.315	50.315	50.315	50.315
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(2,75564)	(3,07807)	(2,75564)	(3,07807)
Ação ordinária	(2,75564)	(3,07807)	(2,75564)	(3,07807)

20. Receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolid	lado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Vendas Mercado Interno	136.549	131.641	136.570	131.715
Vendas Mercado Externo	11.286	9.718	11.286	9.718
Receita Operacional Bruta	147.835	141.359	147.856	141.433
(-) Impostos Sobre Venda	(27.889)	(26.831)	(27.892)	(26.839)
Receita Operacional Liquida	119.946	114.528	119.964	114.594

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consol	idado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Depreciação e amortização	4.753	5.185	7.101	7.985
Despesas com folha de pagamento	56.211	58.874	56.213	58.874
Matéria-Prima e materiais gerais	50.099	43.553	50.127	43.553
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	12.492	12.804	12.497	12.804
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.136	9.574	-	-
Financeiras Líquidas	110.954	96.524	114.430	99.439
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.951	42.887	18.246	46.812
	258.596	269.401	258.614	269.467
Classificadas como				
Custos dos produtos vendidos	89.583	76.712	91.923	79.504
Despesas com vendas	21.208	19.699	21.214	19.809
Despesas gerais e administrativas	12.764	15.054	12.801	15.093
Despesas/receitas financeiras	110.954	96.524	114.430	99.439
Equivalência Patrimonial	10.136	9.574	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.951	51.838	18.246	55.622
, , . ,	258.596	269.401	258.614	269.467

22. Receitas (despesas) financeiras

	Controlac	lora	Consolidado	
Despesas Financeiras	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Atualização Monetária	(63.168)	(53.243)	(66.366)	(55.636)
Encargos Financeiros	(72.061)	(60.087)	(72.296)	(60.615)
Variação Cambial	(1.079)	(1.037)	(1.094)	(1.037)
AVP Fornecedores	-	-	-	-
Juros Leasing	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(3.601)	(4.093)	(3.681)	(4.180)
Total Despesas Financeiras	(139.909)	(118.460)	(143.437)	(121.468)
Receitas Financeiras				
Juros s/Duplicatas	367	194	367	194
AVP Clientes	-	-	-	-
Variação Cambial	265	196	265	196
Outras Receitas Financeiras	28.323	21.546	28.375	21.639
Total Receitas Financeiras	28.955	21.936	29.007	22.029
Resultado Financeiro Líquido	(110.954)	(96.524)	(114.430)	(99.439)

23. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas operacionais				
Crédito PIS/COFINS	9	3.170	9	3.170
Crédito ICMS	-	562	-	562
Aproveitamento Créd.Prej.Fiscais	29.741	2.016	29.741	2.016
Crédito Reintegra	746	-	746	-
Venda de Bens	2.715	-	3.388	-
Outras Receitas	277	391	276	947
	33.488	6.139	34.160	6.695
Despesas operacionais				
Provisão para contingências	-	(3.705)	-	(3.705)
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(621)	149	(621)	149
Ajuste Ociosidade	(34.184)	(33.025)	(34.184)	(33.025)
Custo dos Bens Vendidos	(10.360)	-	(25.362)	-
Outras despesas	(3.824)	(19.331)	(621)	(22.814)
	(48.989)	(55.912)	(60.788)	(59.395)

24. Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Salários	38.797	30.876	38.797	30.876
13º. Salário	3.445	2.596	3.445	2.596
Férias	4.104	2.499	4.104	2.499
Vale-Transporte	603	344	603	344
Custos previdenciários e FGTS	8.231	6.202	8.231	6.202
Outros benefícios	108	70	108	70
	55.288	42.587	55.288	42.587

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações

financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n°s 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

_	31/12/14	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	2.500	2.542	2.636	2.730
-	2.500	2.542	2.636	2.730
Passivos				
Dívida Bancária	1.266	1.287	1.335	1.383
Fornecedores do Mercado Externo	3.868	3.933	4.078	4.224
_	5.134	5.220	5.413	5.607
Exposição Líquida - R\$ Mil	2.634	2.678	2.777	2.877
Exposição Líquida - US\$ Mil	992	992	992	992
Taxa Dólar	2,66	2,70	2,80	2,90

Descrição	31/12/14	Cenário I	Risco
Passivos			
Dívida Bancária por Taxa:			
CDI	6.632	66	Alta CDI
TR	8.472	85	Alta TR
TJLP	95.714	957	Alta TJLP
INPC	78.044	780	Alta INPC
Outros	130.420	1.304	
	319.282	3.193	_

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2014 e 31/12/2013, são apresentados a seguir:

	Controladora			Controladora					Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme	Mensurado pelo valor justo por meio	•	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme	Mensurados pelo valor justo por meio	Outros passivos	Tatal				
balanço patrimonial Caixa e equivalentes	do resultado	e Recebíveis 430	Total 430	balanço patrimonial Fornecedores	do resultado	financeiros 262,115	Total 262.115				
Aplicações financeiras		430	430	Emprestímos e Financ.		319.282	319.282				
Contas a receber		27.879	27.879								
Total		28.309	28.309	Total		581.397	581.397				
	Co	ontroladora			С	ontroladora					
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme	Mensurado pelo valor justo por meio	Empréstimos	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme	Mensurados pelo valor justo por meio	Outros passivos	Total				
em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio	Empréstimos e Recebíveis	Total	em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor	Outros passivos financeiros	Total				
em 31 de dezembro de 2013 conforme	Mensurado pelo valor justo por meio	Empréstimos	Total 1.968	em 31 de dezembro de 2013 conforme	Mensurados pelo valor justo por meio	Outros passivos	Total 206.391 285.353				
em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Caixa e equivalentes	Mensurado pelo valor justo por meio	Empréstimos e Recebíveis		em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Fornecedores	Mensurados pelo valor justo por meio	Outros passivos financeiros 206.391	206.391				

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2014	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	119.946	6.278	109	126.333
Receita entre Segmentos	(91)	(6.278)	-	(6.369)
Receita de Clientes Externos	119.855	-	109	119.964
Depreciação e Amortização	(4.659)	(747)	(1.601)	(7.007)
Receitas Financeiras	28.955	23	29	29.007
Despesas Financeiras	(139.944)	(3.449)	(44)	(143.437)
Provisão IRPJ e CSLL	1.550	673	6.159	8.382
Resultado Líquido do Período	(128.513)	(4.972)	(5.165)	(138.650)
Ativo Total	741.928	21.846	67.184	830.958
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	205	-	-	205
Passivo Total	741.928	21.846	67.184	830.958

Em 31 de dezembro de 2013	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	114.528	7.080	375	121.983
Receita operacional Elquida Receita entre Segmentos	(309)	(7.080)	-	(7.389)
Receita de Clientes Externos	114.219	(7.000)	375	114.594
110001111 do 011011100 Externos			0.0	
Depreciação e Amortização	(5.107)	(857)	(1.943)	(7.907)
Receitas Financeiras	21.936	33	60	22.029
Despesas Financeiras	(118.460)	(2.930)	(78)	(121.468)
Provisão IRPJ e CSLL	(2.065)	(515)	(342)	(2.922)
Resultado Líquido do Período	(145.297)	(6.051)	(3.525)	(154.873)
Ativo Total	739.149	23.436	69.531	832.116
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	533	-	-	533
Passivo Total	739.149	23.436	69.531	832.116

27. Política de seguros

A Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. O valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados, face a situação financeira atual, já que se encontra em recuperação judicial.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por "impairment":

	Controladora			Consolidado		
	Contas a Receber	Estoques	lmobilizado	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2013	(8.891)	(703)	(8.935)	(8.894)	(703)	(22.772)
Constituições (resultado) Reversões (resultado) Baixas contra provisões	(12.446) 10.695	(1.317) 697	- 8.935	(12.488) 10.697	(1.317) 697	- 22.772
Em 31 de dezembro de 2014	(10.642)	(1.323)		(10.685)	(1.323)	

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

* * * * * *